

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 18**

15 de setembro de 2020

(17:20 h – 19:18 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Graça – Pedrógão Grande

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Santinho Pacheco (PS)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à

atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

Esta reunião ordinária destina-se à audição do Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Graça, em Pedrógão Grande, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas votado pela própria Comissão.

Dou as boas-vindas ao nosso depoente e agradeço a sua presença. Conforme é habitual, e sem prejuízo de a convocatória o definir, queria informar todos, em especial nosso depoente, que as audições decorrem no modelo de três rondas possíveis, consistindo a primeira ronda numa intervenção de 8 minutos, em sistema de pergunta/resposta, por cada grupo parlamentar; há uma segunda ronda, de 5 minutos seguidos para cada grupo parlamentar, com resposta global no final; e uma terceira ronda, se for necessário, com 3 minutos para cada grupo parlamentar e, eventualmente, 2 minutos a cada um dos Srs. Deputados que pretenda intervir.

Ademais, nas nossas audições está prevista uma intervenção inicial do depoente, caso entenda fazê-la, por um período máximo de 15 minutos, destinada a enquadrar a sua vinda à Comissão. Não sendo esta intervenção obrigatória, a primeira pergunta que lhe faço é se deseja usar essa prerrogativa, ou se começaremos de imediato a audição.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira** (Presidente da Junta de Freguesia da Graça – Pedrógão Grande): — Desejo fazer uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Muito boa tarde, Sr. Presidente da Comissão. Na sua pessoa, cumprimento todos os Srs. Deputados e agradeço a oportunidade para estar nesta Comissão, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Graça.

Tenho de salientar, com grande tristeza, a perda das 66 pessoas que faleceram naquela tarde e noite de uma forma trágica e impensável para qualquer ser humano. Foram momentos difíceis, mesmo muito difíceis. Se, realmente, o inferno existe, naquela tarde/noite o inferno desceu à Terra sobre aquele território de baixa densidade — de muito baixa densidade, pois somos muito poucos.

Numa comparação dos dados para as eleições legislativas, em 2015 o concelho de Pedrógão Grande tinha 3460 eleitores e em 2019 tinha 3182. Na freguesia da Graça, em 2015, havia 749 eleitores e, em 2019, havia 659. No sábado, quando estive na Junta, verifiquei que, presentemente, tenho só 621 eleitores na minha freguesia.

Isto quer dizer que é uma questão de tempo, porque, se nada for feito em termos do território, em termos de fixação de pessoas, em termos de um conjunto de incentivos aos empresários, para a criação de emprego, para a fixação de novas famílias... É uma questão de tempo, pois vamos ter aqui problemas sérios, daí a questão da perda de serviços e de um conjunto de outras situações.

Para fazer um ponto de situação, todo aquele território é, tal como está na convocatória, a Zona do Pinhal. E porquê? Porque, há muitos anos — mesmo muitos — toda aquela zona era de pinhal e este era a fonte de rendimento das famílias. Durante muito tempo o pinheiro foi sagrado. Como o rendimento das famílias provinha da agricultura, a resina era um complemento ao sustento. Os rendimentos eram baixos, não havia empregos e era dali que as pessoas tinham mais alguns rendimentos. Infelizmente, os

incêndios, a partir dos anos 80 até aos dias de hoje, cada vez mais, foram dizimando toda aquela região e, depois, há também a questão do eucalipto.

Para fazer um enquadramento, então, a partir dessa altura, todo aquele território começou a ficar mais pobre e mais desertificado. O abandono, a não rentabilidade em termos do eucalipto... Com os incêndios, quando as pessoas vendem as suas madeiras não é a mesma coisa de como seria se a vendessem verde, tendo as pessoas uma quebra muito grande de rendimento.

Queria só deixar um agradecimento à Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, na altura diretora e responsável pela CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), que foi quem coordenou todas aquelas intervenções, no início, quando estava tudo muito complicado para arrancar com a questão dos trabalhos... Atualmente, é a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Coesão Territorial.

Desde que fui eleito, em outubro de 2017 – tomando posse em 21 de outubro –, esta é a primeira vez que sou chamado a pronunciar-me sobre a questão. Nunca ninguém me chamou, enquanto Presidente da Junta, a pronunciar-me sobre a situação e nunca tive pontos de situação sobre como estavam as coisas a desenvolver-se, uma vez que já tinham decorrido praticamente quatro meses.

Na sede da Associação das Vítimas, tive oportunidade de fazer um ponto de situação com a Sr.<sup>a</sup> Ministra de um conjunto de coisas no território, mas foi só no dia 17 de julho deste ano. Para trás? Nada! Talvez esteja aqui o grande problema e a grande dificuldade.

Basicamente é isto, para não me alongar mais.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos dar início à audição com as perguntas do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentá-los a todos e cumprimentar, em particular, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Graça, Pedro Manuel da Silva Pereira, agradecendo a sua nota introdutória, que, de facto, foi já reveladora da preocupação com vertentes e características que quase tornaram o acontecimento de junho de 2017 uma inevitabilidade.

O PCP tem identificado, ao longo de vários anos – há muito que o faz –, as causas dos grandes incêndios e a necessidade de se tomar um caminho que permita a estes territórios terem capacidade de os prevenir, tenham capacidade de resiliência relativamente ao drama a que temos assistido este ano, em que já estamos com uma área ardida bastante significativa – aliás, embora não pareça, neste ano já estaremos, provavelmente, com uma área ardida superior à do ano passado.

Num incêndio daquela dimensão, naturalmente, para além de tudo o que se perdeu em termos materiais, como o Sr. Presidente aqui falou, a perda de vidas humanas dá uma vertente de muita sensibilidade, pelo que temos alertado para o facto de que aquelas gentes foram vítimas, não foram culpados, e, nesse sentido, deveria ser tudo feito para que fossem ressarcidos daquilo que perderam.

Também deixámos sempre muito claro que, para que se consiga apoiar aquilo que se perdeu, importa avaliar o que existia, importa avaliar o que foi feito em termos de apoios e de ajudas e importa, ainda, avaliar o que se tem atualmente e o que ficou por apoiar.

Entendemos que a maior preocupação, mais do que andar aqui a acusar e a criar um clima de suspeição relativamente às vítimas – e queria, desde logo, que o Sr. Presidente também se referisse a esse aspeto –, de que poderão ser todos vigaristas... Nós refutamos esse clima. Naturalmente, a existir alguma irregularidade, ela deve ser corrigida e julgada em sede própria, mas

entendemos que devemos é preocupar-nos com o que falhou, com o que ficou por apoiar e com o que ficou ainda por resolver.

Certamente, o Sr. Presidente da Junta conhecerá o objeto desta Comissão de Inquérito e nós temos sido muito críticos relativamente ao que o PSD quis fazer com esta Comissão – é a nossa avaliação, que fazemos legítima e democraticamente.

Quero, desde logo, questioná-lo, por um lado, sobre qual a avaliação que faz relativamente ao clima de suspeição que foi criado em redor da população daqueles territórios, principalmente de Pedrógão Grande, e, por outro lado, qual a apreciação que faz deste processo de apoios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Obrigado, Sr. Deputado João Dias, pelas suas palavras.

Toda aquela situação e tudo o que se passou nos dias a seguir ao incêndio foi bastante complicado. Foi complicada a questão das vítimas, cada funeral tinha uma carga muito negativa para as pessoas, as pessoas ficaram sem nada, as pessoas, depois, tentaram ter alguma coisa, tentaram obter alguma ajuda... De um modo geral, foram todos vítimas. Todos, completamente todos.

Claro que houve coisas que as ajudas melhoraram, e muito. E houve ajudas para todos, sim, houve.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Referiu aqui que, a partir de certa altura, todo este território passou a ficar mais despovoado. Nós entendemos que sem

gente é impossível fazer a gestão da floresta e a prevenção dos incêndios, pois precisamos de gente no território para ter essas condições.

Contudo, quero abordar apoios e ajudas em três ou quatro áreas, nomeadamente na agricultura, na floresta, nas próprias famílias, nomeadamente no que tem a ver com as habitações, e também em algo que o Sr. Presidente também já referiu e que tem a ver com a perda de serviços públicos.

No âmbito da agricultura, porque ela é também fundamental para a fixação, gostaria que o Sr. Presidente – embora não tendo tido, se calhar, nenhum envolvimento – me esclarecesse se a junta de freguesia teve alguma participação nos apoios e ajudas dados ao nível da floresta e das habitações.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

**O Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira:** — Em termos da agricultura, desde que entrei em funções como presidente da junta, esse processo já tinha passado. Sei que antes, logo após o incêndio, estiveram técnicos do Ministério da Agricultura, da delegação de Castelo Branco, com técnicos de Viseu e de Coimbra, a dar apoio e estiveram na junta de freguesia. A nossa população é idosa e as pessoas deslocavam-se à junta, para minimizar as viagens, porque são 12 km até Pedrógão, iam lá e diziam aos técnicos os seus prejuízos em termos de agricultura. Isto, numa fase inicial.

Depois, houve algumas oscilações de preço e havia aquele teto dos 5000 €, sendo que para mais do que isso tinha se fazer uma candidatura e isso já requeria alguns requisitos técnicos e para muitos dos agricultores isso não serviria, porque tinham uma agricultura de subsistência, uma agricultura familiar. Aliás, antes do incêndio, poucos agricultores tinham a questão do emparcelamento, do apoio ao azeite ou ao cultivo do milho, ou assim... Mas,

quem tinha isso, eram muito poucos; quanto aos outros, tinham uma horta para o consumo doméstico.

Houve aquele tempo em que as pessoas foram apresentar os seus prejuízos e, depois, houve esta questão dos 5000 €. Havia pessoas com um prejuízo muito superior aos 5000 €, porque não eram só as oliveiras, as videiras e outras árvores de fruto que arderam, eram também os sistemas de rega, os tratores e outras alfaias agrícolas que eles tinham e que arderam e cujo prejuízo facilmente passava dos 5000 €, como todos sabem.

Depois, a Pinhais do Zêzere, uma associação para o desenvolvimento local, que incluía Figueiró, Pedrógão, Castanheira e Pampilhosa da Serra, teve um papel fundamental, pois era quem tinha a plataforma para que as pessoas pudessem fazer a tal retificação, sendo que muitos tiveram de prescindir de algumas coisas e de se enquadrar nos 5000 €.

Foram, pois, eles que fizeram a ponte entre as pessoas e o Ministério da Agricultura e foram fundamentais, foram uma grande ajuda naquela altura. Isto foi no meu tempo, depois de outubro.

Quanto ao processo das casas, é a questão que referi. As coisas andaram, as pessoas candidataram-se onde tinham de se candidatar, mas já tinham passado quatro meses e, depois disso, nunca mais houve nenhum ponto de situação seja do que for, em termos de casas e em termos das reconstruções.

Só uma referência: enquanto a Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa esteve no terreno, em Pedrógão Grande, e enquanto estiveram a Marinha e o Exército, as coisas eram diferentes. Segundo o ex-presidente da junta, o Sr. Joaquim Baeta, as reuniões eram diferentes, havia um *feedback* e uma interação entre juntas de freguesia e entre as várias entidades que estavam no terreno.

Depois, a Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa saiu, o Exército saiu, a Marinha saiu, e ficámos ali todos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Já irei a essa questão da gestão do processo.

Relativamente à agricultura, só para que fique bem claro, houve quem tivesse de abdicar de perdas, em termos materiais, ou seja, houve quem tivesse perdas superiores a 5000 € e tivesse de ajustar as suas perdas ao apoio, por ser um processo complicado, burocrático e difícil de aceder.

Confirma esta apreciação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, confirmo. Tanto confirmo que, depois, foi fundamental esta associação, a Pinhais do Zêzere. Foram eles que ajudaram as pessoas nessa declaração de prejuízos, porque muitos deles eram superiores, muitos deles ultrapassavam esse valor, muitos deles, por causa da documentação necessária para a candidatura, não avançaram e tiveram de, realmente...

Mas houve algumas pessoas que se candidataram. Os valores eram outros, completamente diferentes, e foram apoiadas. Também houve situações dessas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Estamos a falar da perda de potencial produtivo, ou seja, da perda de equipamento e até de animais ou de árvores. São perdas de algo que, potencialmente, se iria produzir e que se perdeu.

Já percebemos que essa reposição foi feita, em alguns casos, adequadamente, e, noutros casos, já percebemos que não, porque já o confirmou aqui.

Relativamente à perda de rendimento, ou seja, no caso das vítimas que perderam o seu olival, que perderam as suas oliveiras, repor o potencial produtivo é o fornecimento, em termos de apoio, de oliveiras, para que as plantem lá novamente – e estou a dar o exemplo das oliveiras, mas podia estar a dar o exemplo de um animal...

Mas até que estas árvores, por exemplo, voltem a produzir, há perda de rendimento e eu queria saber se, durante esse período, houve algum apoio a esta perda de rendimento. Nós, na Assembleia da República, sempre lutámos, sempre nos debatemos para que houvesse apoio à perda de rendimento, não só de potencial produtivo. Houve algum apoio à perda de rendimento?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira:** — Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, em termos das pessoas que tinham uma agricultura familiar, não.

Das pessoas que tinham, já antes, a questão do parcelário, não sei se tiveram alguns. Mas é assim: mesmo que tenham recebido alguma coisa, com certeza muito pouco, isso não compensa todo o prejuízo e até a questão de voltar a produzir. Todos sabemos que uma oliveira, desde que é plantada até dar, demora bastante tempo...

Depois, há um fator pelo meio, que é um bocado complicado, que é esta questão das alterações climáticas, que podem levar a que num ano se percam as colheitas. Este é outro dos grandes problemas da agricultura presentemente.

Mas, basicamente, é isto: não.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Relativamente à floresta, qual é a avaliação que faz da floresta, neste momento, no seu território?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Essa é uma questão difícil. Muito sinceramente, as coisas não estão bem! Estão mal, muito mal! Estão mal em todos os aspetos, porque muitas pessoas abandonaram a floresta.

A floresta está a crescer desordenadamente, estão a aparecer muitas espécies infestantes, que estão a complicar bastante e a infestar o território, a questão climática e os efeitos climáticos, com a questão de haver períodos em que chove muito – aconteceu já este ano, chegámos a março, abril – intercalados com dias de muito calor, potenciam o crescimento de tudo muito mais rapidamente.

É claro que, se as pessoas já não acreditam, se as pessoas já não cuidam... Então, não.

Logo no ano a seguir ao incêndio, houve a questão da georreferenciação. Algumas pessoas começaram, mas outras não. Logo por aí se nota que as pessoas, nessa questão da floresta, uma ou outra, sim, mas, no geral, não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — No fundo, identifica que a falta de rendimento da floresta é o principal motivo para que não possam fazer a sua gestão adequada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, é isso, afirmativo. Nem as famílias, porque têm uma perda de rendimentos já de alguns anos para cá, nem há verbas para poder desbastar, para poder limpar. É por todo um conjunto de situações.

Na floresta é preciso um trabalho constante. As coisas crescem, é preciso limpar e desbastar. Isso é fundamental, porque, depois, em muitos sítios não se consegue entrar, se não se fizer isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, ficámos esclarecidos.

Passando para as habitações, queria colocar-lhe uma primeira questão muito simples.

A primeira audição desta Comissão foi ao Sr. ex-Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que veio até, de certa forma, reivindicar o seu não envolvimento no processo, sendo que o Sr. ex-Presidente achava que este instituto deveria ter sido envolvido de outra forma.

Tendo sido a CCDR a ter esta participação, a questão que lhe coloco é a seguinte: na sua avaliação, o facto de ter sido a CCDR foi um erro?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, para responder, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não, a CCDR não foi um erro. Foi a CCDR, mais concretamente a Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, que, logo após o incêndio, coordenou uma série de questões. Estava o caos instalado e foi ela que acalmou as situações e começou a desenvolver trabalho.

Quando ao outro senhor, não sei, não me posso pronunciar sobre o motivo por que saiu, ou por que não continuou. Não sei mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Fica, portanto, claro que a CCDR teve um papel decisivo e determinante para que o processo corresse de uma forma correta, organizada e ordenada, de certa forma. Confirma?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, confirmo, apesar de ter de referir que o que se passou ali foi de extrema gravidade, pois ninguém estava preparado para aquela situação. Mesmo depois, nesta questão da reconstrução, ninguém estava preparado para uma questão daquelas, para ter de lidar com as pessoas, com *n* questões, uma carga negativa bastante grande, com grandes perdas totais, conjunto de coisas nunca vistas neste País. Ninguém estava preparado para a situação, que foi bastante difícil para todos e para as pessoas que trabalharam na altura, no terreno. A Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, atendendo aos seus conhecimentos e ao seu potencial, teve muitas dificuldades e não foi fácil.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Certamente, terá conhecimento de que muitos dos depoentes já aqui ouvidos falaram sobre a importância das segundas habitações.

Identificámos a importância de, prioritariamente, serem reconstruídas as primeiras habitações, mas, relativamente às segundas habitações, gostaria

que me dissesse, uma vez que ainda não falou nisso, qual é a importância que estas representam no território. Qual é a relevância das segundas habitações neste território?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, para responder, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — As segundas habitações são extremamente importantes, porque muitas famílias que estão fora têm ali as suas casas.

Em relação a esta questão das segundas habitações e em relação a tudo, temos de ver um antes e um depois: antes, as coisas existiam, as pessoas tinham as suas coisas, trabalharam durante anos, pagavam os seus impostos, mantinham e faziam trabalhos de manutenção.

Realmente, é triste e desolador vermos as aldeias, que já tinham, de outros tempos, casas abandonadas, agora, com algumas situações, vermos certas casas... Não é fácil, numa aldeia, ver-se isto.

*Neste momento, o depoente mostrou um slide de uma casa devoluta de segunda habitação.*

Isto que está aqui é uma casa devoluta de segunda habitação, em risco de ruir para a via pública, com todo um potencial de problemas que pode causar, em termos de criar-se aqui a vegetação... Não é uma boa imagem seja para quem for, seja para as pessoas que estão ali, porque estão sempre a reviver aquela questão, seja para quem visita. Isto não é fácil!

Por isso, esta questão das segundas habitações é extremamente importante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Confirma, portanto, que ainda existem segundas habitações por construir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Existem, existem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Por que razão é que elas ainda estão por construir? É porque os apoios não cobrem a sua recuperação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não digo que não cobrem. Está a perguntar-me sobre essa questão dos apoios, mas, neste momento, nem sei qual é o valor que há em termos de apoios, ou o valor que ainda há, em termos do Fundo REVITA para estas questões. Falo em termos do bolo geral.

Esta questão é muito complexa. Para darmos uma imagem positiva, em termos de aldeia, e mesmo na fixação de pessoas, isto é extremamente importante. Esta questão das segundas habitações podia ser um incentivo para as famílias se fixarem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Não acha que foi criada a ideia de que as segundas habitações não tinham direito a apoios? Não entende que o facto

de se ter criado este clima de suspeição e, de alguma forma, de se ter criado a ideia de que havia um aproveitamento da situação, levou algumas das vítimas, tendo o direito a serem ressarcidas, a abdicarem, precisamente para não serem coladas a esta ideia de vigaristas e de aproveitadores?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Quanto a essa questão, é assim: houve pessoas que não quiseram apoios e que reconstruíram, porque tinham danos menores. Aliás, alguns até tinham seguro e o seguro até cobriu os danos. Não quiseram, pronto. Mas houve outras que não...

Agora, é como digo: esta questão foi por prioridades, devidamente ponderadas, mas devia ter sido tudo. Na altura, ficou bem patente que era para todos. Transpareceu sempre essa questão de ser tudo, com prioridades, claro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra, para terminar.

O Sr. **João Dias** (PCP): — No seu entender, por que razão é que se criou esta ideia, ou melhor, de onde resultou esta, até poderemos dizer, pressão para que as segundas habitações não tivessem apoios à reconstrução?

Mesmo para concluir, relativamente aos serviços públicos, todos sabemos da importância dos mesmos para a fixação da população nos territórios.

A nossa preocupação tem a ver com os serviços públicos que poderão vir a ser perdidos, tendo em consideração a importância com que se revestem para que aquela população possa manter o acesso a alguns serviços públicos – e falo de saúde, de segurança, da área administrativa e da Função Pública, e por aí fora.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Em termos dos serviços públicos, na Graça, temos um posto médico e temos médico às segundas e às quartas-feiras... Mas há aqui um problema, porque em Pedrógão há falta de médicos e andamos constantemente a lutar para que o médico não se vá embora e para que não se perca o médico.

Temos a questão da escola do 1.º ciclo, que, nos outros anos, tinha duas turmas e, este ano, só vai ter uma turma. Nos quatro anos, vai ter 14 catorze alunos. É uma questão de tempo... É perda de serviço. A questão do médico é perda de serviço.

Numa freguesia, se se perde a escola, se se perde o médico, num território pequeno, de baixa densidade, não fica lá nada! As pessoas têm de se deslocar para Pedrógão, que são 12 km, população idosa... Pronto, um conjunto de situações...

Quanto à questão que colocou das segundas habitações, digo que tudo devia ser reconstruído – alias, foi essa a indicação logo desde o início.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do CDS.  
Tem a palavra o Sr. João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pensei que a ordem era que se voltasse ao PS, mas ainda não acertámos com a questão da ordem das intervenções.

Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo. Naturalmente, a primeira palavra, como noutras audições, por parte do CDS, é para com a população da freguesia, da solidariedade que exprimimos e, naturalmente, do empenho

que temos nesta Comissão para que o trabalho que façamos possa ajudar quem está no terreno, quem sofreu, quem perdeu e não outra coisa.

Para além daquilo que respondeu, queria colocar-lhe uma questão concreta. Já tivemos vários depoimentos nesta Comissão, eu queria perguntar-lhe, relativamente a primeiras habitações, quantas delas foram recuperadas na freguesia da Graça?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — As primeiras habitações foram todas recuperadas, mas não tenho um número concreto para lhe dizer. Sei de três ou quatro na localidade da Figueira, mais uma ou duas no lugar do Nodeirinho, mas a questão e a minha dificuldade aqui é ter, em tempo oportuno, esse conjunto de elementos que nunca me foram facultados e nunca me foram dados. Se eu tivesse pontos de situação regularmente, agora tinha esses elementos oficialmente, porque uma coisa é aquilo que se vê, outra coisa é números oficiais para lhe poder responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não estava em funções na altura do incêndio, mas depois, a partir do momento em que foi eleito, pediu esses elementos?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não, nunca pedi. A verdade seja dita: nunca pedi. Sei que as pessoas faziam as suas candidaturas no gabinete criado para o efeito, o GORR (Gabinete Operacional de

Recuperação e Reconstrução), mas não, nunca, em tempo algum, me chegaram esses elementos. E também a verdade seja dita, nunca pedi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como presidente de junta de freguesia, tem assento na Assembleia Municipal. Alguma vez a questão da reconstrução de habitações foi discutida na Assembleia Municipal, nomeadamente a questão das segundas habitações?

Já vários depoentes nos têm dito aqui uma coisa que é fácil de entender, pelo menos para mim e para o CDS, que é a importância, do ponto de vista da dinamização da região, da reconstrução das segundas habitações, porque, o que pode estar em causa, ao não se reconstruírem as segundas habitações, é a perda de ligação definitiva de algumas pessoas, que já não passam a maioria do tempo na região, mas que mantêm uma ligação e essa ligação é através da casa.

Para além da questão do prejuízo de que já falei aqui noutras vezes, muitas vezes as pessoas que trabalham ou que estão emigradas ou que estão fora da região canalizaram as suas poupanças para construir a casa na terra de onde são originários e perderam tudo nessa altura.

Portanto, por uma questão de justiça e por uma questão de dinâmica local, era importante que as segundas habitações fossem reconstruídas.

Tendo isto tanta importância, o que lhe pergunto é: a questão alguma vez foi discutida em Assembleia Municipal como sendo uma questão estratégica para o município?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — A questão foi abordada logo no início e foi dada indicação para a reconstrução de tudo.

Depois foi apresentada uma proposta para as pessoas se poderem candidatar nesta questão das segundas habitações, mas isso foi mais tarde, em que foi feito um regulamento, mas isso muito mais tarde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi feito muito mais tarde. E depois o que é que aconteceu relativamente às segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — O que é que aconteceu, Sr. Presidente?

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Que eu saiba, não aconteceu... Não aconteceu. Sei que uma ou outra pessoa se candidatou, mas como, entretanto, tinha de despende algum dinheiro para essa reconstrução, porque não cobria a totalidade das despesas, muito poucas ou quase nenhuma se candidatou.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas não cobria na totalidade? Pode dizer-nos que regras eram essas que havia para segundas habitações? Que condições existiam para essas habitações? Não temos, até hoje, essa informação nos termos em que a está a dar.

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — É assim: eu sei que foi depois feito um plano, um regulamento nessa questão. Não tenho aqui a questão concreta dos valores que... Mas as pessoas tinham de fazer uma candidatura para as segundas habitações e, claro, era depois dentro de um parâmetro. Não tenho aqui essa questão do valor concreto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, agora uma questão fatural: das habitações que foram reconstruídas na sua freguesia, todas eram de pessoas que viviam efetivamente na freguesia?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Das reconstruídas?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Das reconstruídas!

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, eram pessoas da freguesia, sim. As que receberam apoios, as que reconstruíram, sim, eram pessoas dali.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o que eu estava a perguntar era: das reconstruídas, todos os proprietários eram pessoas que viviam na freguesia?

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim. Eram pessoas que viviam na freguesia, sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E houve casos de pessoas que não vivessem na freguesia que tenham reconstruído as suas habitações, ainda que sem financiamento através do REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Na questão das segundas habitações houve pessoas que tinham menos danos que não se candidataram e que reconstruíram. Sim, isso é verdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E sabe se esses casos tiveram outros apoios privados, não públicos, que possam ter apoiado essa reconstrução?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Outros apoios não conheço. Um ou outro caso tinha seguro e recebeu alguma coisa e, nesse sentido, sim recebeu apoio. Outras situações não lhe posso dizer, porque não sei. Desconheço, não sei. Não tenho elementos para lhe dar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Outra questão — aliás, tendo começado por ela, mas, hoje, como já vínhamos a falar das habitações continuei nesse tema — é a das pessoas, que é prioritária.

Como o Sr. Presidente disse, morreram 66 pessoas da freguesia, que, de facto, para a dimensão da freguesia é um número impressionante.

Do ponto de vista indemnizatório, do ponto de vista do pagamento das indemnizações aos familiares e para além das 66 pessoas que morreram, obviamente houve outras que ficaram feridas com gravidade, outras que precisaram de tratamentos naquela altura e outros que continuam a precisar, provavelmente, de tratamentos, queria perguntar-lhe se, do ponto de vista destes apoios, tudo funcionou e continua a funcionar dentro daquilo que foi definido e dentro das necessidades das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, das famílias que perderam familiares... Sim houve o acompanhamento, nomeadamente psicológico depois de todo o processo e da questão dos valores que foram pagos.

Há bocado não referi, mas, claro, houve muitas outras pessoas com ferimentos, com questões psicológicas, com problemas de saúde que hoje ainda se arrastam em consequência do incêndio. Sim, nesse sentido, em termos de apoios na saúde, houve acompanhamento e as pessoas foram... Claro que há certas situações que o dinheiro não paga. Há pessoas com problemas bastante graves em termos de saúde, que ficaram com marcas que não há valor que pague e que vão continuar a precisar de cuidados durante muito tempo e, com certeza, para o resto da vida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É indiscutível que não há dinheiro que pague para quem ficou e mais ainda para os familiares que perderam os seus parentes.

Pergunto-lhe agora sobre outra questão, que tem a ver com a floresta.

Aqui, na Assembleia da República, foram aprovadas alterações legislativas na sequência daquele incêndio, não só. Os responsáveis do Governo, nomeadamente o Primeiro-Ministro, afirmou várias vezes, publicamente e também aqui, na Assembleia da República, que nada seria igual na floresta a partir desse momento. Disse até que as grandes mudanças que iam acontecer ao nível da floresta teriam como região-piloto para a sua aplicação a região do pinhal interior, exatamente pela prioridade que existia para isso.

O que lhe pergunto é como é que foram, no terreno, aplicadas todas estas mudanças, promovidas por lei na Assembleia da República e comprometidas pelos responsáveis políticos através das suas declarações.

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Pois, as medidas surgiram realmente. Por exemplo, a questão do cadastro surgiu, mas atrapalhou um bocado as pessoas de idade que tinham de fazer a georreferenciação. E agora como é que faziam?... E os técnicos para ajudar em toda aquela questão? Identificar as propriedades nos mapas não era fácil, depois não havia técnicos que fossem ao local para fazer o levantamento e para tirarem as coordenadas de GPS nos pontos de extremidade de cada propriedade...

E essa situação, em termos percentuais, foi muito pequena – isto para explicar um conjunto de situações daquilo que está a perguntar. E depois, claro, houve muitos que não fizeram e foi o abandono das terras.

Quanto a essas medidas, em termos da sua aplicação no território, nada foi feito. As coisas estão como estão, cada um dos Srs. Deputados pode constatar, no terreno, que nada foi feito. Está tudo a crescer, a floresta está a regenerar a seu bel-prazer, com espécies infestantes que estão a prejudicar muito. Quando o eucalipto rebenta num cepo, num pé do eucalipto, são quatro ou cinco rebentos, que está todos a crescer e está a ficar uma floresta descontrolada, sem ordenamento, sem nada. Nesta questão da floresta vamos ter grandes problemas no futuro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não tenho mais questões. Agradeço todos os esclarecimentos.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Se me permite, eu não agradei as palavras do Sr. Deputado e quero fazê-lo. Muito obrigado pelas suas palavras iniciais e peço desculpa por não ter agradecido no início.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria também começar, em nome do Partido Socialista, por agradecer a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Graça, agradecer-lhe as palavras iniciais, cumprimentá-lo enquanto autarca, porque, na verdade, só quem foi presidente de junta dá valor ao trabalho, à dedicação

e à participação cívica do que é ser um autarca de freguesia. De maneira que deixe-me cumprimentá-lo e felicitá-lo.

A minha primeira questão é a seguinte: como é a freguesia da Graça? Já nos disse aqui, e nós já vimos, que a perda de população é igual como em todas as aldeias do interior e que a freguesia da Graça, desde 1950 para agora, perdeu 2/3 da sua população.

Pergunto: depois dos incêndios, qual é a situação na freguesia da Graça?

**O Sr. Presidente:** — Para esclarecer, Sr. Presidente.

**O Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira:** — Sr. Deputado, desde já agradeço as palavras que me dirigiu.

Quanto à freguesia da Graça, nos anos 40/50 a freguesia tinha mesmo muita população. Os lugares de Atalaia e Fundeira talvez fossem dos lugares mais populosos, não em termos da freguesia mas em termos do concelho, em si, pois tinham mesmo muita gente.

Em finais dos anos 60, houve muitas pessoas que saíram e emigraram principalmente para França, para a Suíça, para a Alemanha, para o Luxemburgo, e, aí, houve alguma descida em termos da população.

Depois, como eu disse, os incêndios, a falta de emprego nas gerações mais novas, a partir dos anos 90, o facto de os jovens irem estudar para o ensino superior e saírem dali para Coimbra, para Lisboa, para o Porto, mas, depois, já não regressavam, nem regressam – muito dificilmente, um ou outro vem, mas a maioria não – e esse é o grande problema que temos em todo o território.

Depois, temos aqueles que ficam, resistentes, sim, e temos uma população extremamente envelhecida, com muitas debilidades, muitos problemas. Esta é a composição da freguesia da Graça.

O centro da freguesia da Graça, e mesmo a localidade da Graça, deve ser, com certeza, dos locais únicos no País, porque o resto da freguesia está estruturada nas outras localidades e junto à igreja, onde se encontra a sede da junta de freguesia e um pequeno mercado, ali, naquele aglomerado, vive muito pouca gente, mas é já assim há muitos anos, e nos lugares envolventes é que vivem mais pessoas.

Neste momento, dando algum dinamismo, temos um parque verde junto à escola, ao posto médico e ao centro de dia e estamos a trabalhar – e isso está em fase de contratação – para termos uma área de serviço para as autocaravanas para começarmos a ter ali gente e para dar uma outra vida à freguesia para ver se alguém se entusiasma e se fixa naquele território, porque aquilo de que precisamos são pessoas, pessoas e pessoas.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

**O Sr. Santinho Pacheco (PS):** — Pois, era essa a visão que eu tinha do que devia ser freguesia, porquanto todos nós sabemos que se juntarmos a emigração, que deve ter sido muita, como aconteceu em todo o interior, a partida para o Ultramar de tantos jovens para a vida militar, que nunca mais regressavam às aldeias de origem, cá temos a explicação para o desordenamento da floresta, para a quebra da produção agrícola, para o crescimento de mato que arde todos os anos.

A verdade é que a floresta está a crescer desordenada e descontroladamente, mas tem dono. Pode o dono não saber onde tem a floresta, mas a floresta, em toda aquela zona, tem dono e, enquanto não tivermos a coragem de falar numa participação entre o Estado, as autarquias e o proprietário, dificilmente encontraremos saída numa estatização absoluta quer da indústria do fogo, quer do combate a esse crescimento desordenado da floresta no nosso País.

Sr. Presidente, em junho de 2017, nesses dias fatídicos da morte e do fogo, ainda não era presidente da junta?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não, não.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas fazia parte de algum órgão autárquico, de alguma instituição local ou do concelho? Já tinha pertencido a alguma autarquia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Fiz parte, durante alguns anos, da Assembleia de freguesia e, na altura do incêndio, pertencia ao executivo. Era o tesoureiro da junta de freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas claro que, mesmo não sendo presidente de junta – já disse que pertencia ao executivo como tesoureiro –, acompanhou de perto os factos que marcaram a vida do concelho e da região nesses dias tão difíceis?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, acompanhei de perto, como já aqui referi. Era o drama, era o caos total, era um cenário, em algumas

ou na maior parte das aldeias do norte da freguesia, terrível, devastador: as pessoas a chorar, a lastimarem a perda de familiares, a perda de amigos...

Logo no início, a questão dos funerais foi terrível, um ambiente mesmo muito difícil para todos... Mesmo as entidades que, depois, começaram, no terreno, em termos da Marinha, do Exército, habituadas a cenários de guerra, tiveram ali algumas situações bastantes complicadas, em termos da população, porque não foi fácil para ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Imagino o quão terrível terá sido o ambiente nessa altura, e todos nós o sentimos, porque muitos de nós já eramos aqui Deputados e acompanhámos de perto o que se estava a passar. Por isso mesmo, vou desviar-me desse aspeto da sua intervenção e debruçar-me sobre aquilo que, do ponto de vista político, é importante.

Já era, nessa altura, candidato assumido a presidente da junta, nos dias do fogo? Já tinha assumido a ideia de se candidatar a presidente da junta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, sim, mas tenho de referir uma questão, em termos pessoais: sim, mas eu estava num processo, em termos de saúde, que, depois, foi complicado... Aliás, depois de tomar posse, no início de 2018, tive um problema grave de saúde que afastou-me ali um pouco...

Naquele tempo, naquela questão que há bocado me colocou, o Sr. Joaquim, presidente da junta na altura, resguardou-me, já na altura, de algumas situações e de sair para o terreno, estive mais perto na questão das

ajudas, dos bens alimentares, porque em termos de saúde tive ali um senão e uma situação menos boa.

Mas, sim, fui candidato, eleito democraticamente, tomando posse, depois, a 21 de outubro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, pode-se dizer que a tragédia o motivou a concorrer? Ninguém fica insensível e, quando se sente que se pode dar uma ajuda... Pergunto: a tragédia ajudou a empurrar a sua candidatura ou, antes pelo contrário, era um fardo muito pesado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Eu tinha feito parte da Assembleia de freguesia nos mandatos anteriores e sempre interiorizei que podia ser uma mais-valia e podia contribuir para aquele território com algumas coisas que tinha pensado. Referi, há pouco, a questão da área de serviço para as autocaravanas, que foi uma ideia que, durante um conjunto de anos, fui amadurecendo até que fosse realidade.

Isso, antes do incêndio, porque, depois o incêndio aconteceu e ninguém estava preparado para a situação, nem ninguém tinha a perceção de como é que era, como é que não era e de como é que conjunto de coisas se iriam resolver. Mas, antes do incêndio, eu já tinha assumido o compromisso de ser candidato.

Sempre lutei, como luto, agora, pela freguesia. Não é fácil, para nenhum autarca — daqueles que está no terreno, como eu, como os presidentes de câmara — num território muito envelhecido, em que a desertificação é bastante grande, em que, em termos económicos, as coisas

também não são fáceis, porque há, muitas vezes, falta de incentivos para os empresários, há um conjunto de coisas que, em termos de estrutura económica, não são fáceis e isso, depois, abala toda a estrutura.

Ser presidente de junta, num território daqueles, é porque, realmente, se gosta, porque não são, se formos falar do valor da compensação, os 275 € que se recebe. Não é isso, de certeza, que leva alguém a querer ser presidente de junta... A grande dificuldade, daqui para a frente, é haver pessoas que queiram disponibilizar-se para compor uma lista para uma assembleia de freguesia do interior, não só na Graça, como noutros lados, porque as pessoas não querem mesmo, porque isso exige muito, exige muito em termos pessoais, exige em termos do domínio dos *dossiers*, e exige em termos de um conjunto de matérias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — Deve ter sido uma campanha atípica, nos meses de julho, agosto e setembro, com toda a gente dolorida, fazer campanha nessa altura...

Mas, deixe-me perguntar: tinha algum programa escrito, com propostas feitas aos eleitores e aos cidadãos da Graça? Ou nem para isso houve tempo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Tinha algumas coisas escritas. Não houve muito tempo, mas sim tinha algumas coisas.

Fiz a freguesia, de uma ponta à outra, de porta a porta, ouvi as questões das pessoas, o que não foi fácil, pois cada um tinha os seus problemas, as suas aflições, mas eles também sabiam que tinham um sítio onde se dirigir

para apresentarem as suas candidaturas e esse sítio não era a junta de freguesia.

O que eles queriam do trabalho da junta era por causa do despejo da fossa, do atestado, da prova de vida, da questão de continuarem a ter médico e de continuarem a lutar pelo médico – apesar de ser, claro, uma questão do Ministério da Saúde, mas havia sempre um acompanhamento ao médico que está ali para que se mantivesse, que era fundamental – e que, entretanto, se fizesse alguma coisa pela freguesia.

Eram essas as necessidades.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

**O Sr. Santinho Pacheco (PS):** — Sabia dos apoios do Governo aos municípios e às populações, logo nos dias a seguir a fazer um levantamento da situação, para ajudar, para refazer, para reconstruir?

Sabemos todos que o Governo foi para o terreno como nunca tinha acontecido, em nenhuma situação, até porque incêndios, já tinha havido muitas vezes.

Tem consciência do esforço, do envolvimento do Governo no plano de recuperação?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Presidente, tem a palavra.

**O Sr. Pedro Manuel da Silva Pereira:** — Sim, tenho consciência dessa situação. Tenho consciência dessa situação, que houve o Fundo REVITA, que houve, não na junta de freguesia, mas em Pedrógão, *n* reuniões, na altura, quando a Dr.<sup>a</sup> Abrunhosa estava no terreno, houve um constante acompanhamento naquele período, desde o Sr. Primeiro-Ministro, aos Srs. Ministros, aos Secretários de Estado.

Mas, depois, tudo acabou! Com certeza que o ponto negativo foi, depois, quando eu fui eleito, não ter havido o envolvimento, a continuidade daqueles trabalhos, o fazerem-se pontos de situação, o não se resolverem um conjunto de situações... Isso, depois, também parou tudo! Não estou a falar das ajudas; estou a falar das reuniões e da continuidade dos pontos de situação. Mais tarde, quando foi o incêndio no dia 15 de outubro, outra terrível situação, em toda a zona centro, tudo parou e aí, claro, ficámos todos um pouco sozinhos!

Eu defendo, é uma opinião pessoal, que o Exército devia ter continuado, devia ter sido uma mais-valia para o serviços técnicos que estavam no gabinete, e mesmo no apoio, na demolição do que era para demolir, no limpar do que era para limpar nas aldeias, no entrar no terreno com a parte de engenharia que o Exército tem, e, em conjunto com as empresas da zona, fazer-se a limpeza.

Teria sido bastante importante, na altura, e fundamental.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco (PS)**: — A propósito disso, referindo-se, já há pouco, à Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, ao Exército e à Marinha, disse-nos que saiu tudo, que tudo ficou pior e mais descontrolado, quando ficaram ali, querendo dizer que ficaram, mais ou menos, ao abandono.

O queria dizer, concretamente, com esta referência à Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — A Sr.<sup>a</sup> Doutora depois foi fazendo o acompanhamento. Claro que não esteve no terreno; esteve depois em Coimbra.

O que eu queria dizer quando me referi ao Exército e à Marinha era que teria sido uma mais-valia se continuassem no terreno – foi o exemplo que dei. Podiam ter entrado no terreno a parte de engenharia e teria sido um apoio, nomeadamente em termos da limpeza das aldeias, dos destroços das casas. Aí, sim, poderiam ter sido ma mais-valia.

O Sr. **Presidente**: — Queria prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, pode dar-nos, agora, a noção do volume dos prejuízos nas várias áreas, nomeadamente na habitação, que afetaram a freguesia da Graça? Pode dar-nos um cálculo estimado desses valores?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Números concretos não lhe posso dizer. Há danos irreparáveis! As pessoas perderam o potencial em termos de agricultura, que não sei quando é que vão recuperar, muitos abandonaram a agricultura e nunca mais recuperarão.

As casas foram reconstruídas, tudo muito bem, mas aquilo que as pessoas tinham, os bens, certos utensílios antigos, claro que esses perderam-se e nunca mais serão recuperados. Tudo isto só empobrece mais este território, este e os outros. Sempre que há um incêndio fica-se sempre a perder. Por muito que se faça, fica-se sempre a perder; nunca se fica a ganhar nada e o desalento das pessoas e o abandono passa muito por estas questões.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — No seu entender, o Fundo do REVITA, juntando meios públicos e privados, para ajudar as vítimas dos incêndios foi, desde 2017, no seu entender, uma medida possível e correta nos seus objetivos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sem dúvida que foi, porque se não fosse assim, como é que seria de outra maneira?!

Aproveitando a sua pergunta, faço aqui uma referência ao que o Tribunal de Contas disse sobre as questões das ajudas. Acho que, no futuro, a questão das ajudas, as ajudas dos portugueses, nomeadamente a questão das contas solidárias, isso tudo tem de ser regulamentado e tem de se proceder de outra forma.

Só uma pequena referência ainda nessa questão, que é a seguinte: fruto das terríveis imagens, do incêndio e dos carros, verificou-se algo que neste País nunca se tinha verificado, ou seja, todos queriam vir ajudar, todos queriam dar, havia *n* contas solidárias, havia *n* pessoas que vieram e que entregaram os seus donativos às instituições – câmara municipal, Santa Casa, juntas de freguesia, associações – e, de um momento para o outro, apareceram toneladas e toneladas de roupa, de bens alimentares, de utensílios para casa, de mobílias... Mas também houve muitas pessoas que, de porta a porta, por iniciativa própria ou organizadas, distribuíram muita coisa, ajudaram com muita coisa e até hoje ninguém sabe quem foram e ninguém sabe quantos é que foram e o que é que deram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Chegaram às juntas de freguesias bens para serem distribuídos pelas populações? Isto é, as juntas de freguesias foram parceiros ativos na distribuição pela população de bens oferecidos? E esses bens foram distribuídos de acordo com os critérios que a junta de freguesia entendeu para acudir às pessoas mais necessitadas?

O Sr. **Presidente**: — Para esclarecer, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim. Nos primeiros tempos, sim, nós, na Junta de Freguesia da Graça em termos de roupa estivemos num espaço junto ao mercado, e na questão dos bens alimentares estivemos junto à junta de freguesia na Associação de Melhoramentos da Graça onde era feita a recolha dos bens alimentares e onde, durante algum tempo, foi feita aí a receção e foram distribuídos esses bens à população.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A generalidade da população do nosso País, em particular do nosso interior, é gente boa e, muitas vezes, não é isso que trespassa numa comunicação social que conhece mal a maneira de ser destas gentes. Acredito que o povo da Graça não é com certeza um bando de malfeitores. O que é que o Sr. Presidente da Junta pensa da violência com que alguma comunicação social tratou certos casos que aconteceram, particularmente na questão da reconstrução de casas no concelho de Pedrógão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — O dever da comunicação social é informar e essa informação deve ser coerente e sobre o que, realmente, está a acontecer.

Quero dizer o seguinte: na noite do incêndio não é admissível, porque as famílias ainda hoje lamentam essa situação, que, para se transmitir ao mundo, tenham de fazer-se filmagens em cima de uma pessoa que tinha acabado de falecer, que estava ali ao lado...! É necessário vir filmar ali a pessoa, fazer uma reportagem em direto em cima da pessoa que faleceu?! Não! Isto não se pode aceitar! E foi terrível, depois, um conjunto de situações, que ainda hoje afetam e abalam muitas pessoas, nomeadamente a nível psicológico, aquelas imagens dos carros... Porque, infelizmente, não arderam só aqueles na estrada nacional 236... Arderam *n* carros espalhados por aquele território e aquelas imagens, constantemente ali, ao minuto, isso provocou um efeito extremamente mau em termos psicológicos.

Portanto, acho que a comunicação social deve informar, quando deve informar, mas tudo o que vai para lá de... Vender uma notícia só por vender é péssimo! É péssimo!

Sobre a questão das casas e de tudo o que foi feito, vamos lá ver uma coisa: eu há pouco disse, que todo este processo não foi fácil para ninguém! Mesmo para quem lidou com a questão dos processos das casas, nomeadamente num conjunto de coisas, no tentar fazer bem, porque Pedrógão estava ali pessimamente mal em questões, dos incêndios às pessoas, criou-se ali uma má imagem Pedrógão – aliás, Pedrógão não merecia aquilo, Figueiró não merecia, Castanheira não merecia aquilo... E isto tudo porquê? Estamos aqui porquê? Porque existiu um incêndio e porque morreram 66 pessoas! Depois disso, impensável, em outubro aconteceu um outro incêndio e morreram mais 45 pessoas...! Isto é lamentável!

Mas depois disso continuam a acontecer incêndios, continuam a morrer pessoas... E até quando é que vamos andar aqui todos nesta aflição quando chega o verão? E o Estado sempre a gastar dinheiro e a ajudar... E não há nada que pague a perda de uma vida humana, de um bombeiro, de seja quem for, das populações. Isto é péssimo! É terrível! É mau!

E a sociedade, todos nós, somos culpados num conjunto de situações. Ano após ano, as coisas têm acontecido... Ano após ano, as coisas estão pior... A questão das alterações climáticas não é fácil, porque a propagação de um incêndio é terrível e, depois, a comunicação social arrasou completamente todo o concelho de Pedrogão, nomeadamente a freguesia da Graça porque nós não merecíamos e as pessoas não mereciam.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O Sr. Presidente da Junta, vivendo lá em cima, conheceu alguma situação fraudulenta envolvendo o REVITA e a reconstrução das casas?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado, essa é uma questão que tenho muita dificuldade em responder. Se as questões existiram e se... As pessoas candidataram-se e, afirmo-o aqui, não houve nenhuma questão em termos da junta de freguesia, pois, desde que eu sou presidente, nunca foi chamado nem tido em situação, nem à junta de freguesia foi pedido para se pronunciar sobre o que quer que fosse.

Agora, é provável que haja situações... Eu não conheço os processos, eu, para estar a dar-lhe uma resposta concreta, afirmativa, teria de conhecer os processos e não conheço os processos. Nunca me passou pela minha mão

nenhum processo. Eu não os vi, nunca os analisei! É provável que haja situações... Eu não vou dizer que...

Eu há pouco não fui esclarecedor com o Sr. Deputado do CDS, porque é assim: há um conjunto de situações na junta de freguesia que tinham de ser orientadas, nomeadamente a questão das casas, da autorização, de as casas serem feitas e atribuídas aos empreiteiros, o pagamento e essas coisas todos, mas esses foram processos que eu desconheço. Não sei! Não passaram por mim, eu não estive por dentro deles. Se eu estivesse, em algum momento, eu agora poderia referir qualquer situação, mas não. Portanto, até tenho muita dificuldade em referir aqui situações para analisar e para se ver, realmente, algumas que não estejam bem...

Aquela comissão trabalhou sob grande *stress*... A questão, em Pedrogão, de ter o máximo do máximo das pessoas alojadas nas suas casas até ao Natal, como era intenção do Sr. Presidente da República e do Governo e dos ministros... E Pedrogão não quis ficar mal nessa questão, porque já estava mal em muita coisa, já estava tudo mal e Pedrogão não quis falhar para que as pessoas tivessem um Natal condigno naquele ano...

Agora, claro, as pessoas que trabalharam nos processos são seres humanos e o ser humano também tem falhas. Não digo que não haja situações, mas é como digo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Falou-se de muita coisa, mas uma das coisas de que mais se falou foi na questão da mudança do domicílio fiscal com a ideia de tirar proveito na construção de primeiras habitações em vez de segundas habitações.

Essa situação foi falada, foi comentada, existiu? Há quem diga que agora já estão a mudar outra vez o domicílio fiscal para as terras onde antes habitavam... Tem algum conhecimento desta situação?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Quanto a essa situação isso foi referido; agora, que tivessem existido situações na Freguesia da Graça que tivessem sido pedidas as tais declarações a comprovar essa situação, não houve. Isso posso afirmar aqui. Eu, enquanto presidente do executivo e da freguesia da Graça, não passei e não assinei nenhuma declaração. Não houve! Se houve outras situações... Na freguesia da Graça não houve.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — E quanto ao apetrechamento das habitações, conheceu alguma situação de aproveitamento indevido na entrega de mobiliário, de eletrodomésticos, ou outros?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Eu desconheço... Li naquela altura... Nós, quando tivemos os bens alimentares, as roupas, alguns bens para as casas, o que tivemos, entregámos. Outras situações, não consigo responder-lhe.

Da mesma maneira, foi o que eu referi há pouco sobre a questão dos particulares que ajudaram porta a porta. Lá está, também ninguém sabe quem é que foi, quem não foi, o que é que deram, o que é que não deram, como é

que deram... Agora outras situações não! As pessoas foram ajudadas e houve muita ajuda, houve mesmo muita ajuda.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Santinho Pacheco, tem a palavra.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Finalmente, o apuramento dos prejuízos agrícolas na Graça. O levantamento feito pelo serviço da Direção Regional de Agricultura com o apoio, penso eu, das juntas de freguesia levou ao preenchimento na sua freguesia de 279 declarações de prejudicados.

Acompanhou de perto esta questão da parte agrícola? Isto comprovase ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, acompanhei de perto e até lhe digo, Sr. Deputado, que recebemos a informação na sexta-feira e depois o presidente ligou-me. Posteriormente, fizemos uma informação porque os técnicos iam estar à segunda-feira e as pessoas não sabiam, fizemos, repito, uma informação e andei eu no fim-de-semana a distribuir a informação nas caixas de correio das pessoas para que se dirigissem à junta de freguesia e essa foi a fase inicial do levantamento dos prejuízos, sim.

Como havia uma população bastante idosa, os técnicos estiveram na junta de freguesia alguns dias a fazer esse levantamento em que as pessoas chegavam lá e relatavam os seus prejuízos.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do PSD, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Junta, começo por cumprimentá-lo e por seu intermédio todos aqueles que são autarcas de freguesia que tão bem conhecem o seu território e por quem eu, e todo o Grupo Parlamentar do PSD, tenho grande respeito.

O PSD requereu potestativamente esta Comissão de Inquérito por respeito às vítimas e com o intuito de apurar a verdade, sendo que nunca estiveram em causa as gentes desta região.

Sr. Presidente da Comissão, com o devido respeito, permita-me que diga o seguinte: estou um pouco cansado de algumas inverdades, porque as suspeições não são do PSD; as suspeições são levantadas pela auditoria do Tribunal de Contas que, *ipsis verbis*, fala sobre a falta de transparência, diz que a comunidade afetada não foi suficientemente envolvida e que os critérios para a concessão dos apoios não eram claros. E mais: sobre a agricultura diz ainda que não sucedeu esse apoio na área da ajuda ao setor agrícola no qual nem sequer foi definido o fim a que se destinava o apoio.

Ora, isto é que levou a requerermos esta Comissão de Inquérito e, repito, as suspeições são levantadas pela auditoria do Tribunal de Contas.

Julgo que é importante lembrar o objetivo, bem claro, da Comissão que é apurar responsabilidades, corrigir as questões que estiveram erradas para, no futuro, não termos situações idênticas. Aliás, ficámos hoje a saber que o grande feito do Governo foi ter ido para o terreno prometer apoios, digo eu, e, porque estamos em dias de jogo de futebol, permitam-me estar um pouco mais à vontade nessa matéria para dizer que o Sr. Deputado há pouco parecia quase um defesa-central do Governo.

Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Graça, a Graça é predominantemente rural, sabemos que, na altura, o Governo canalizou 58% do REVITA para a agricultura.

Concorda que 70% desse Fundo, que era proveniente de entidades privadas, tenha sido utilizado para a agricultura, demitindo-se o Governo da sua responsabilidade por via do Ministério da Agricultura?

*Entretanto, assumiu a Presidência o Vice-Presidente João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Começo por cumprimentar todos os presentes e dou a palavra ao Sr. Presidente para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado Hugo Oliveira, agradeço as palavras que me dirigiu inicialmente e respondo-lhe o seguinte: sobre esta questão da agricultura, havia um pequeno grupo de agricultores que tinham a questão do parcelário e tinham já ajudas antes do incêndio e todos os outros agricultores tinham uma agricultura de subsistência, uma agricultura familiar, para o consumo de casa. Claro que as pessoas fizeram a sua declaração de perdas e foi por esta questão dos 5000 € que muitos baixaram a fasquia para ficarem enquadrados dentro dos 5000 €.

Claro que isso não vai pagar e não vai fazer a recuperação em termos da agricultura, muitos deles são pessoas de idade que, neste momento, até já desistiram, porque não conseguem mais, as forças não dão, a idade é avançada.

Há outros como, por exemplo, os apicultores que, alguns, retomaram mas, depois, no ano passado e neste ano também tiveram o problema da vespa asiática que lhes deu cabo das colmeias baixando-lhes a produção e houve outros que, pura e simplesmente, ficaram desanimados com a questão e, claro, aqui há perda de rendimentos e abandono da agricultura.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, suponho que então não me saiba dizer, mais ou menos, quantos agricultores tiveram apoio quer daqueles 1053 € aos 5000 €, ou depois dos 5000 €, naquelas que eram as candidaturas ao PDR 2020.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado, números concretos não tenho. Os apoios foram atribuídos, mas depois houve técnicos da agricultura que estiveram no terreno a verificar as questões, o que é que tinham e que plantações é que tinham e esses receberam.

Quanto às outras candidaturas, não lhe consigo dizer quantas porque não tenho esses dados. Em termos de agricultura seguiram e retomaram, sim, isso é verdade.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, voltando um pouco atrás, o que há pouco lhe queria perguntar, se percebeu bem, é se o valor do REVITA, os tais 58% que foram utilizados para a agricultura, deveria ter sido para a agricultura. Isto é se não eram necessários não só para a recuperação da agricultura, ou seja, para a agricultura eram necessários mas por via do Ministério da Agricultura e não do REVITA, digo eu, mas

pergunto-lhe se não deveria ser dessa forma e se não deveria ser por via do Ministério.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado, são questões técnicas... Se foi pelo REVITA, se deveria ter sido pelo Ministério da Agricultura, ou vice-versa, ou por uma outra... Eu compreendo a sua questão, mas havia que minimizar um conjunto de prejuízos que as populações tiveram.

Agora, se deveria ter sido de uma maneira ou de outra, isso não consigo dizer, porque não tenho dados técnicos que me possam levar a dizer que o apoio deveria ter sido através do REVITA ou do Ministério da Agricultura.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pergunto isto porque o relatório da Direção Regional de Agricultura e Pescas tinha uma estimativa de um custo de 3,2 milhões de euros para restabelecer o potencial produtivo da freguesia da Graça.

Sabemos que 3,4 milhões de euros foi o que foi usado para todos os concelhos, não só para prejuízos por mortes de animais, necessidades de alimentação, para além do resto

Ora, isto é que me leva a ter esta afirmação e perceber se considera que o Estado apoiou devidamente os agricultores e produtores agrícolas na sua freguesia. Os fundos foram suficientes?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado, os fundos existiram e, com certeza, as pessoas, em alguns aspetos, até tiveram de baixar o valor dos seus prejuízos e tiveram receio de fazer a candidatura, porque a candidatura pressupunha um conjunto de coisas a entregar pelas pessoas, nomeadamente documentação, ser empresário em nome individual, enfim, um conjunto de coisas que tinham de ter para se candidatarem e esse valor.

Mas outros fizeram essa candidatura e o valor foi-lhes atribuído. Decerto que esse valor que está a falar é por as pessoas não terem feito a tal candidatura e terem-se só cingido aos 5000 €, isto faz todo o sentido.

A população idosa ou de meia-idade conteve-se na apresentação das candidaturas, ainda que tenha saído prejudicada, muito prejudicada. Há bocado foi referida a questão da perda do potencial produtivo e, de facto, as pessoas conseguiam produzir produtos agrícolas, pelo que já não tinham de despende dinheiro a comprar os produtos no centro comercial ou na loja, porque produziam e, depois, compravam só os outros produtos que necessitavam e, claro, as pessoas contiveram-se nos 5000 € e não avançaram na candidatura atendendo a um conjunto de situações.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, uma vez que houve também uma série de empresas que sofreram com o incêndio, com esta tragédia, o Governo criou na altura uma comissão para atribuir apoios no âmbito do Portugal 2020. Sabe quem é que geria o processo? A freguesia

foi chamada ao processo? Sabe por quem foi feita a monitorização e a execução dos apoios?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Como disse, e já referi aqui várias vezes, não. Eu, como presidente, não fui chamado a coisíssima nenhuma!

As empresas locais candidataram-se, sim, a projetos de recuperação. Por exemplo, houve um lagar de azeite que ficou completamente danificado, o proprietário apresentou o projeto, requalificou e está, neste momento, a trabalhar com instalações completamente novas; a empresa Enerpellets, que é uma empresa com bastante dimensão, ficou completamente destruída, porque era material lenhoso das limpezas das florestas, tinha um estaleiro, ardeu tudo no incêndio, danificou a empresa toda, foi quase perda total, mas, depois também apresentou a sua candidatura e está a trabalhar; a empresa Fernandes & Fernandes ligada às madeiras, estacas de madeira também sofreu bastantes danos, mas candidatou-se e está a trabalhar; a empresa Furbatral também teve praticamente uma perda total, depois candidatou-se e está a trabalhar.

Bom, todas estas empresas são os empregadores no miniparque industrial que existe na Graça, no Pinheiro do Bordalo, e se não fossem estas candidaturas e estas ajudas, neste momento, teríamos mais desemprego e mais desertificação, porque estas pessoas, entretanto, já teriam ido à procura de emprego noutros locais e, neste momento, não estavam na freguesia da Graça.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Suponho que todas elas foram recuperadas, então.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sim, sim, as empresas foram todas recuperadas, mesmo uma empresa de combustíveis, reboque, assistência de pneus, a Atron, também está a trabalhar, recuperada e com funcionários, sim.

Aos poucos e poucos, em termos produtivos e em termos económicos sim houve alguma recuperação, agora outro problema que ninguém estava à espera, atendendo à COVID, é a questão em termos económicos. De facto, as empresas ainda não tinham recuperado da outra situação na sua plenitude, em termos de produção, e agora estão já com outro problema, se bem que seja um assunto diferente.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, a Lei n.º 108/2017 estabeleceu medidas de apoio às vítimas dos incêndios de 2017, como o acompanhamento gratuito do Serviço Nacional de Saúde, a isenção de taxas moderadoras, o alimento temporário, foram várias as medidas. Julgo que estas medidas existiram na sua freguesia e julgo também, se estiver errado corrija-me, que a junta de freguesia, tal como nos outros processos, não foi envolvida nesta matéria.

As vítimas, se perderam as fontes de rendimento, tinham direito a compensação com fontes complementares e há pouco percebi que não houve apoio às quebras de rendimento, portanto deduzo que estes apoios não foram atribuídos na sua freguesia. Certo?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Que eu tenha conhecimento exato, em termos de perda de rendimentos, não.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me quantas casas foram afetadas pelos incêndios?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Foram muitas, mas esta questão das casas, como já referi aqui, não assunto, eu não tenho os dados e não questionei pelo seguinte: havia o GORR (Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução) que geria toda essa questão e como a ideia base, na altura, era reconstruir essa era matéria que estava nesse Gabinete.

E aqui é a tal coisa: colocou a questão dos pontos de situação das reuniões, das reuniões sobre os pontos intermédios, em certas alturas, para saber como era a evolução, mas eu não participei. A questão era que fosse tudo recuperado, que fosse dada uma imagem positiva em termos de

reconstrução, que fosse dada uma imagem de aldeias mais atrativas, modernas, acolhedoras para aqueles que lá ficaram e mesmo para aqueles que nos visitam e esse era um trabalho deste Gabinete.

Digo-vos uma coisa: há bocado não respondi, não por não querer, mas porque esta questão da recuperação não a abordei em qualquer altura. Havia um Gabinete, havia a câmara municipal, que é a responsável, porque não há em município nenhum uma reconstrução ou construção que se faça sem a câmara municipal.

Por isso, esta questão das casas não foi tema na junta de freguesia.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Queria deixar bem claro que a posição do PSD não é contra as segundas habitações, pela importância que elas têm para a região, como é óbvio; é contra, sim, a tentativa, ou não, de as segundas habitações passarem por primeiras habitações.

Já percebi que não houve envolvimento da junta de freguesia nestes processos, mas o facto é que se tiverem sido recuperadas algumas dessas supostas segundas habitações podem ter sido prejudicados aqueles que precisavam, realmente, da recuperação da sua habitação. A minha afirmação é verdade?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Era grave, muito grave, neste momento, em termos de primeira habitação, três anos depois, ainda haver essas situações. Aí, sim, era grave!

O objetivo inicial era a reconstrução de tudo, mesmo para dar uma imagem positiva de todo este território.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Mas, a dada altura, o Governo, com o Orçamento do Estado, prevê a possibilidade de as câmaras poderem fazer os seus regulamentos para apoio às segundas habitações e, naturalmente, a Câmara de Pedrógão Grande também o fez, com uma dotação, se não estou em erro, até 50 000 € de teto máximo em termos de participação elegível.

Havia alguma expectativa por parte da população de que o REVITA contemplasse a reconstrução total ou parcial destas habitações a 100%?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Já há bocado, quando me questionaram sobre isso e sobre o Regulamento, que depois referiu, eu não lhe disse, não quis avançar, mas essa questão dos 50 000 € era a seguinte: havia situações em que era mais e as pessoas tinham de participar com o que fosse a mais.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Já respondeu. A pergunta era retórica, interpretei-a como retórica, mas o Sr. Presidente acabou por responder.

Queira prosseguir, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — O facto de muitos processos das segundas habitações não terem seguido passa um bocado pela ideia inicial que as pessoas interiorizaram de era tudo, era mesmo tudo.

Uma pessoa perde tudo e, depois, a certa altura, afinal, a participação é  $x$  e a pessoa tem de entrar com  $y$ ... É claro que depois, em muitas situações, as pessoas não foram.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pressuponho que a identificação das segundas habitações, com o regulamento, também não teve o envolvimento da junta de freguesia – se estiver errado corrija-me –, mas sabe quantos proprietários é que se candidataram no âmbito do regulamento? Tem alguma ideia?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Nesta segunda fase? Depois do regulamento?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Muito poucos, muito poucos mesmo!

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Uma coisa é candidatarem-se e ser-lhes atribuído; outra coisa é receberem verba para o poderem fazer. Sabe se há ou não casos desses?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Que eu tenha conhecimento, acho que ninguém recebeu.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Há pouco não percebi: há casos de casas de segunda habitação que ficaram devolutas ou abandonadas, porque não tinham apoio?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Há muitas casas de segunda habitação que estão lá como mostrei aqui nesta fotografia.

*Neste momento, exhibe um slide com uma casa devoluta.*

É isto, é este «mono» que lá está neste momento! E há *n* casas deste género!

Há bocado, quando falei na questão do Exército, na questão da Marinha e na questão da engenharia, com certeza que era, na altura, para a limpeza destes espaços. Tinha sido importante, porque estes espaços agora estão lá! Um mono! A potencializar um conjunto de situações, de problemas, a caírem, a ruírem para a via pública...! Um outro incêndio ... Isto está cheio de lixo, cheio de silvas, cheio de tudo e mais alguma coisa e está a potencializar mais um barril de pólvora numa situação futura.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Com esse cenário, pergunto-lhe se há pessoas que tenham abandonado a freguesia em consequência dos incêndios. Tem conhecimento disso?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Concretamente, pessoas, casais de meia-idade, não. Agora, os jovens, a isso já não posso dizer que não, ou seja, sim. Eles nem querem ouvir falar.

Atenção, quero deixar aqui um parêntesis: nesta questão da COVID, quando foi o desconfinamento e as férias, houve muitas pessoas a passarem pela freguesia da Graça, a estarem algum tempo em casa de familiares, e muitos já não vinham há algum tempo. Este foi, entre aspas, o refúgio para muita gente, para muita gente mesmo. Pode ser que, no futuro, os jovens comecem a ver aqui outras oportunidades e voltem, realmente.

Mas hoje em dia há outra questão: um jovem, ou seja quem for, mesmo os Srs. Deputados, que chegue a um território daqueles é fundamental que haja comunicações móveis e *internet*.

E aqui é mais um problema: se já tínhamos um problema antes do incêndio, depois do incêndio todo o serviço prestado pela MEO, que é quem detém a rede na freguesia da Graça e em todo aquele território, é de lamentar. É mesmo de lamentar! É muito mau, é péssimo, não há rede, há sítios sombra, e mesmo nos sítios em que há a rede é muito fraca ou quase inexistente. Mesmo na junta de freguesia a rede é uma lástima e está no centro da Graça. Em toda a volta, há *n* problemas. As pessoas pagam por um serviço à MEO, uma fatura mensal, mas, depois, em termos do serviço que a MEO disponibiliza às pessoas, é de lamentar!

Outras operadoras muito dificilmente estarão ali. É uma situação complicada e, por exemplo há a questão, de que na altura se falou muito, do SIRESP, que é outra das complicações... Mas a complicação ainda maior é assim: ardeu tudo e se voltar a haver um incêndio, haverá outra vez problemas em termos de comunicações. Porquê? Porque os cabos passam no meio da floresta.

A questão do SIRESP é a seguinte: temos uma antena, de um lado vem o cabo das comunicações e do outro vem o cabo da EDP. O primeiro que arder desliga o sistema. E isso passa-se em tudo.

Foi lamentável! As vítimas nem para o 112 conseguiam ligar para pedir auxílio naquela noite e estiveram ali à espera que alguém passasse ou aparecesse para as levar... Isto não pode acontecer! Estas são situações, que aconteceram naquela altura, não podem, de maneira alguma, voltar a acontecer!

Nesta questão das comunicações há muito a fazer. E se todos queremos – sem questões políticas, todos – pensar na questão do interior, em medidas concretas para o interior, indo a tempo de agarrar ainda aqueles que

lá estão e potenciar que pessoas venham para o interior e se fixem na freguesia da Graça e em todo este território, temos de o fazer todos juntos, temos todos de trabalhar num conjunto de situações, se não estes territórios têm os dias contados. E todos nós somos responsáveis nestas situações.

Fala-se em medidas para o interior, fala-se em  $n$  medidas. Então, onde estão as medidas para o interior? E os empresários? E as pessoas? Continuo a dizer que faltam pessoas, pessoas e pessoas, desde que nascem, desde os 4 anos de idade até aos 40, 50 anos. Dentro destas faixas etárias faltam pessoas.

Há bocado, referi a questão da escola. Para o ano, com certeza, vou ter alguns problemas, porque a escola é capaz de encerrar. Porquê? Porque não há alunos para iniciar o 1.º ciclo. Não há!

A empresa  $x$  ou  $y$  vai fixar-se no parque da Graça ou no parque industrial da zona? E a mão-de-obra?! Há um conjunto de situações e aqui precisamos de muita ajuda. É que esta questão da demagogia e de dizer mal... Não! Precisamos de soluções, precisamos de ajuda! Precisamos de alguém!

Quando o Sr. Presidente da República foi ao território, foi ao Nodeirinho, à Figueira, quando apoiou as populações, isso foi certo. E quando na reunião de trabalho se perguntou: «Sr. Presidente, na sua freguesia da Graça, quais as suas necessidades, quais as suas questões?...» Isso só aconteceu e eu só tive essa oportunidade no dia 17 de julho, com a Dr.ª Ana Abrunhosa. Mas, então, o incêndio foi em 2017 e só agora é que sou ouvido?!

Há aqui um conjunto de situações e, realmente, ou olhamos para esta questão do interior com outros olhos, de outra maneira ou, então, muito dificilmente conseguiremos...

É que as pessoas do interior são portuguesas, pagam os seus impostos, precisam de cuidados de saúde, precisam de um conjunto de coisas como as pessoas que estão em Lisboa, em Coimbra ou no Porto. Também são

portugueses os que estão naqueles territórios, nomeadamente na freguesia da Graça.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Concluo das suas palavras que coisas como a *internet* ou o SIRESP não passaram de promessas demagógicas por parte do Governo.

Considera que a dotação que o Estado previu para o REVITA foi suficiente para dar resposta às necessidades, nomeadamente à questão da segunda habitação?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não posso dizer se foi suficiente... Não foi suficiente. Tanto não foi suficiente que há esse Regulamento da Câmara Municipal a fixar os 50 000 € como houve noutras câmaras.

Não, não foi suficiente e nada disto é suficiente para colmatar os prejuízos que ali foram causados, os danos causados a toda aquela população, tudo derivado do incêndio.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, há pouco, já aflorou este assunto, mas, depois desta tragédia infeliz, soubemos tirar as

respetivas ilações? Depois do incêndio, houve medidas que foram adotadas de reforço ao combate aos incêndios em Pedrógão Grande? Foram contratados mais recursos humanos? O que me sabe dizer sobre isto?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Em termos de bombeiros, não sei. Não faço parte dos bombeiros.

Só queria deixar aqui uma mensagem, já que estamos a falar da questão dos bombeiros, ao Sr. Comandante dos Bombeiros de Pedrógão Grande, o Comandante Augusto, pelo momento terrível e dramático que, entretanto, passou desde essa altura até agora.

Era comandante dos bombeiros, tinha os elementos dos bombeiros, em termos do corpo ativo, que tinha. Como disse, é um território de baixa densidade e há também poucos bombeiros; não é fácil aos comandantes dos bombeiros, tanto de Pedrógão, como de Figueiró, como da Castanheira, manter ali um dispositivo nesta altura de incêndios.

É que não é só ter um dispositivo, ter um grupo ou dois para a questão dos fogos florestais; é preciso ter também as equipas de saúde que fazem o acompanhamento das pessoas de idade, das pessoas que se sentem mal, das pessoas que, estando num no lar, sentem-se mal e precisam de ir para o hospital, que precisam de se deslocar aos hospitais para tratamentos.

E aqui deslocar doentes aos hospitais... Agora temos a A13 – caríssima, bastante cara – mas estamos a 40 km dos hospitais centrais em Coimbra, estamos a 80 km de Leiria. Nós estamos ali, três concelhos a norte do distrito de Leiria, junto ao Zêzere, e muitas vezes esquecem-se de nós. Pertencemos ao distrito de Leiria, sim senhor, mas Leiria muitas vezes esquece-se de nós; em termos de saúde, é Coimbra, mas Coimbra não é o

nosso distrito e estamos ali encalhados e um bocado esquecidos, o que não pode ser.

É necessário reunir esforços sem as questões e divergências políticas que podem existir; é necessário olhar para aquele território como um todo, é necessário olhar para aquelas pessoas que necessitam realmente de apoio, que são portugueses e que precisam.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, sabe dizer-me o que se passa com a reconstrução da Ermida de Nossa Senhora das Brotas que consta do levantamento do IHRU?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — É uma capela na localidade da Adegas. Teve a visita do Sr. Bispo Virgílio. É que, lá está, em termos de diocese pertencemos a Coimbra mas estamos no distrito de Leiria. Em 2016, o Sr. Bispo, quando veio ao concelho de Pedrógão Grande, esteve nesta Capela, na Paróquia da Graça, e lamentavelmente está assim.

Desde o incêndio até agora há *n* promessas de reconstrução, mas a capela está assim.

*Neste momento, o depoente mostrar um slide com a igreja devoluta.*

As populações têm feito muito reparo a esta situação; tenho falado com algumas entidades, na altura falei com o padre que estava em Pedrógão Grande, o Padre Júlio, enviaram-se alguns ofícios e o meu colega da junta de freguesia de Leiria também estava disponível para ajudar, mas até agora está tudo na mesma.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, desculpe-me que insista, mas pode materializar o que é que falta e que promessas são essas? Por que é que a reconstrução da capela está parada?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Há um compromisso assumido pela Câmara Municipal, por várias vezes foi falado em Assembleia Municipal. Tenho questionado várias vezes a Câmara Municipal e várias vezes em Assembleia Municipal, e isso está nas *atas* da Assembleia, e há promessas de esta questão ir para a frente, só que ainda não foi.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Por último e agradecendo, desde já, aquilo que foram os seus esclarecimentos, embora já tenha falado sobre esta matéria, devo dizer que fiquei com uma preocupação quando há

pouco o ouvi dizer que o Exército, a Marinha e a Professora Ana Abrunhosa saíram todos.

Julgo que queria dizer que estas pessoas deixaram o território e as suas gentes ao abandono e à sua sorte. Percebi bem ou não?

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — A Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa sempre acompanhou a situação. Esteve um período a conduzir os trabalhos, foi depois para Coimbra, mas acompanhou sempre. Não posso dizer que a Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa não acompanhou! Não era essa ideia que eu queria passar e não é essa a ideia que eu queria que Srs. Deputados ficassem.

Tanto assim foi que ainda agora, no dia 17 de julho, estive com a Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa na Associação das Vítimas e falámos abertamente sobre um conjunto de situações e preocupações atuais. Ela foi muito recetiva e é ela que neste momento, segundo sei, faz a ponte, direta e indiretamente, entre estes territórios e o Governo, o Sr. Primeiro-Ministro. É pela Dr.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa, Sr.<sup>a</sup> Ministra, que muitas das questões estão a chegar aos Srs. Ministros.

Falámos numa questão que tem sido uma preocupação para aquelas populações, a do encerramento do Hospital dos Covões, que foi muito falada, e fizemos ver-lhe. Na altura, referiu-nos que ia falar com a sua colega da Saúde nessa questão, porque era uma mais-valia para nós e aquela situação, em termos de urgências, tinha de continuar. Ela tem sido a ponte, por isso não quero que fique esta ideia de que a Sr.<sup>a</sup> Doutora nos abandonou. Não!

A questão do Exército é a seguinte: eles cumpriram o que na altura lhes foi pedido e confiado. A partir daquele momento, eles retiram-se e, no meu entender, e foi aquilo que foi expliquei há bocado, isso foi mau porque deviam ter acompanhado a questão até que as coisas evoluíssem até um determinado patamar, e não foi assim.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Posso ter percebido mal, mas, então, tentando perceber melhor, pergunto: quando saíram as pessoas que disse e as entidades, quem ficou é que não soube olhar pelo território. É isto?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Faça favor Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não. Não vamos pôr esta questão nestes termos e não vamos pôr a questão nesse patamar.

A Marinha e o Exército eram uma mais-valia, podiam ser mais um complemento em termos dos serviços que estavam no terreno. Todos os serviços que estavam no terreno tinham dificuldades e eles podiam ter dado mais uma ajuda. Foi neste sentido de dar mais uma ajuda, um complemento.

Como mostrei, aqui, nas casas de segunda habitação e na questão dos monos», podiam ter tentado ajudar nas limpezas. Foi nesse sentido que falei. Era preciso meios, porque havia muita coisa para limpar e podiam ter sido uma mais-valia. Era neste sentido que queria referir.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — O PSD terminou a sua intervenção e, não estando presente o Bloco de Esquerda, terminou a primeira ronda.

Tenho a informação de alguns grupos parlamentares mas não tenho de todos e pergunto se há algum grupo parlamentar que não se tenha inscrito para a segunda ronda e se queira inscrever.

*Pausa.*

Não havendo inscrições para a segunda ronda, pergunto se há inscrições para a terceira ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira, por 2 minutos, e depois o Sr. Presidente terá igual tempo para responder.

Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, queria colocar aqui uma questão em torno de uns apoios que ainda não foram falados durante esta tarde.

Na decorrência dos incêndios de junho de 2017, foi lançado um programa de apoio à reposição e reparação das infraestruturas e equipamentos municipais – aliás, acho que o Sr. Deputado Santinho Pacheco tocou neste assunto ao de leve.

Ora, o investimento total elegível seria financiado na totalidade por fundos públicos, concretamente 85% de verbas comunitárias, via Programa Operacional Regional do Centro, e 15% da contrapartida nacional, a qual era assumida pelo Fundo de Emergência Municipal.

Este concurso previa o apoio a oito tipologias de operações: reabilitação de estradas municipais diretamente afetadas pelos incêndios; arruamentos urbanos; segurança rodoviária; edificações e construções municipais, excluindo edifícios de serviços públicos; viaturas e outros veículos municipais de uso específico de atividades de apoio às populações; equipamento urbano complementar, como abrigos de passageiros, luminárias, papelarias, contentores do lixo; recuperação de reservatórios de água; recuperação de equipamento municipal de lazer, como parques infantis.

Sucedo que, no âmbito deste programa e deste concurso, cada município apenas poderia apresentar uma candidatura por cada uma destas oito tipologias, ou seja, no máximo poderia apresentar oito candidaturas.

Ora, Sr. Presidente, isto significa que não podíamos dizer que, à partida, estivesse garantido o financiamento de todos os prejuízos identificados em equipamentos e infraestruturas municipais.

Por exemplo, o município de Pedrógão Grande, dentro deste condicionalismo, candidatou-se a 4,8 milhões de euros e recebeu 3,8 milhões de euros.

As perguntas que tenho para fazer são as seguintes: primeira, todas as infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios na sua freguesia foram recuperados?

Segunda pergunta: todos aqueles equipamentos que foram recuperados foram no âmbito deste apoio ou fora dele?

Terceira pergunta: de entre os equipamentos recuperados, a junta de freguesia a que preside teve de suportar algum desses custos?

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — O Sr. Deputado beneficiou de alguma tolerância da Mesa, pelo que o Sr. Presidente terá igual tolerância para responder.

Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Sr. Deputado, antes de mais, um agradecimento pelas suas palavras iniciais.

Quanto à questão da recuperação, foram recuperadas algumas coisas. Demorou, sim! A questão da sinalização, a questão da pavimentação das estradas, a pavimentação da EN 350 e a colocação de *rails* numa parte do seu percurso e não na sua totalidade – aliás, a pavimentação foi praticamente na sua totalidade e os *rails* nos sítios mais perigosos, mas, mesmo assim, do

meu ponto de vista, devia ter sido em mais alguns —, a recuperação dos depósitos de água que ficaram danificados...

Se há estradas que podiam ter sido também recuperadas e apagados os sinais onde os carros arderam, sim, é verdade. Em algumas ainda continuam lá visíveis as marcas dos carros que arderam e onde as pessoas faleceram.

Podia ter sido englobada a Capela? Poderia!

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Isso não é municipal!

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Não.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, terminou?

Apenas um pequeno esclarecimento, a benefício dos trabalhos, do Sr. Deputado Relator, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, só queria que, se pudesse, me concretizasse se a junta de freguesia a que preside teve necessidade de investir em alguma recuperação de algum destes equipamentos.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Manuel da Silva Pereira**: — Foram repostos, porque arderam muitos os contentores do lixo. Sim, foram repostos, pois muitos ficaram danificados.

Em termos da junta de freguesia, em alguns sítios, fizemos algum pequeno arranjo — na fonte de Nodeirinho, onde as pessoas resistiram ao

fogo, fizemos umas pequenas pinturas. Houve uma ou outra situação pontual, mas só.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Estão concluídas todas as rondas, agradecemos a sua presença e os esclarecimentos que deu e leve do Parlamento a nossa solidariedade e disponibilidade para manter essa proximidade. Em relação ao Parlamento, não há distâncias, estamos sempre aqui, representamos todo o País, naturalmente, representamos também esta região e estamos disponíveis para, no âmbito daquilo que são competências nossas, podermos ajudar esta população.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos. Voltamos amanhã à hora do costume.

*Eram 19 horas e 18 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.